

AMB: 'ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES DEU AO PAÍS UMA DEMONSTRAÇÃO DE INTOLERÂNCIA'

• Esta é a íntegra da nota da Associação dos Magistrados Brasileiros:

"1. Ao responder às observações do ministro Sepúlveda Pertence sobre a CPI do Judiciário, o presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães, deu ao país uma demonstração de intolerância e autoritarismo incompatíveis com o alto posto que ocupa no Legislativo brasileiro.

"2. A Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), entidade que congrega 14 mil juizes em todo o país, concorda integralmente com a posição do ministro Sepúlveda Pertence, ex-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), que reflete o sentimento e as angústias da magistratura nacional, e merece respeito.

"3. Não correspondem à verdade dos fatos as acusações, lançadas pelo presidente do Senado, segundo as quais durante gestão do ministro Sepúlveda Pertence à frente do STF nada foi feito para moralizar o Judiciário. Trata-se de um caso flagrante de omissão da verdade. Justamente na gestão do ministro Pertence foi encaminhado ao Congresso Nacional o projeto de lei que proíbe, no Judiciário, a contratação de parentes sem concurso público. Não se tem notícia, no entanto, de iniciativa semelhante do senador para erradicar as notórias situações de nepotismo no Legislativo.

"4. As críticas do presidente do Senado não apenas demonstram autoritarismo diante de um assunto de importância vital para a sociedade, como reforçam a suspeita de que pretende fazer uso político da CPI, num momento de fragilidade nas relações entre os poderes, aproveitando-se, inclusive, da queda de prestígio do Governo. A CPI surge também como uma cortina de fumaça para encobrir o debate sobre a instalação das comissões parlamentares de inquérito do sistema financeiro e das empreiteiras.

"5. É pública e notória a íntima relação que o se-

nador mantinha, em passado não muito distante, com o regime ditatorial. Estranho, portanto, que somente agora venha a público questionar a existência de uma Justiça Militar no Brasil. Num país pouco habituado a cultivar a memória, vale a pena lembrar que no mesmo período em que o senador compartilhava das benesses da ditadura, o então advogado Sepúlveda Pertence recebia, do sistema, a punição por defender a democracia, foi preso e cassado, mas nem por isso se deixou intimidar.

"6. A magistratura nacional não é conivente com possíveis desmandos que possam ocorrer no Judiciário. Apenas entende que as denúncias devem ser investigadas em fóruns próprios, conforme determina a Constituição. Sente-se, no entanto, no dever de questionar as verdadeiras intenções da iniciativa do senador Antônio Carlos Magalhães, que ganham cores eleitorais na medida em que apresentadas sob uma suposta condição de baluarte ou salvador da moralidade pública. Cenas semelhantes, em passado recente, foram testemunhadas pela sociedade brasileira quando um caçador de marajás, apoiado pelo senador, lançou o país numa aventura de graves consequências.

"7. Na verdade, o senador deseja se apropriar de uma bandeira que nunca foi dele. Mais uma vez, cabe-nos lembrar que durante a Assembléia Nacional Constituinte uma proposta de reforma do Judiciário, apresentada pela Ordem dos Advogados do Brasil, foi derrubada pelo bloco do 'centrão', comandado pelo partido do senador. Em outubro do ano passado, a Associação dos Magistrados Brasileiros se uniu à OAB para elaborar um novo projeto, que será encaminhado ao Congresso na primeira quinzena de maio, com propostas voltadas à efetiva democratização do acesso à Justiça."